

Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)

Educação: Políticas, Estrutura e Organização 11

Atena
Editora

Ano 2019

Gabriella Rossetti Ferreira

(Organizadora)

**Educação: Políticas, Estrutura e
Organização
11**

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação [recurso eletrônico] : políticas, estrutura e organização 11 /
Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa (PR):
Atena Editora, 2019. – (Educação: Políticas, Estrutura e
Organização; v. 11)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-312-5

DOI 10.22533/at.ed.125190304

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Currículo
escolar – Brasil. 3. Educação – Pesquisa – Brasil. 4. Políticas
educacionais. I. Ferreira, Gabriella Rossetti. II. Série.

CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Educação: Políticas, Estrutura e Organização – Parte 11” traz capítulos com diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo da educação.

A educação é uma atividade que se expressa de formas distintas, envolvendo processos que tem consequências nos alunos, possui métodos que precisam ser compreendidos; envolve o que se pretende, o que se transmite, os efeitos obtidos, agentes e elementos que determinam a atividade e o conteúdo (forças sociais, instituição escolar, ambiente e clima pedagógico, professores, materiais e outros) (SACRISTÁN, 2007). O conceito de educação é inseparável do ente subjetivo que lhe dão atributos diferenciados. A educação é algo plural que não se dá de uma única forma, nem provém de um único modelo; ela não acontece apenas na escola, e às vezes a escola nem sempre é o melhor lugar para que ela ocorra. A escola deve estar pronta para atender a diversidade cultural, conduzindo a aceitação e o respeito pelo outro e pela diferença, pois se valoriza a ideia de que existem maneiras diversas de se ensinar e conseqüentemente diferentes formas de organização na escola, onde seja levado em consideração a complexidade da criação de um currículo que atenda o desafio de incorporar extensivamente o conhecimento acumulado pela herança cultural sem perder a densidade do processo de construção do conhecimento em cada indivíduo singular. A escolaridade faz parte da realidade social e é uma dimensão essencial para caracterizar o passado, o presente e o futuro das sociedades, dos povos, dos países, das culturas e dos indivíduos. É assim que a escolarização se constitui em um projeto humanizador que reflete a perspectiva do progresso dos seres humanos e da sociedade.

Em uma escola democrática não há barreiras educacionais, eliminam-se a formação de grupos com base na capacidade dos alunos, provas preconceituosas e outras iniciativas que tantas vezes impedem o acesso e permanências de todos na escola, proporcionando um ensino de qualidade para todos, sem exclusão.

Gabriella Rossetti Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ESCOLA E OS SEUS ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM: RESSIGNIFICANDO O OLHAR SOBRE OS AMBIENTES ESCOLARES	
José Emanuel Barbosa Alves Rafael de Farias Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.1251903041	
CAPÍTULO 2	13
AS ESTRATÉGIAS DE ENSINO POR MEIO DAS METODOLOGIAS ATIVAS	
Andreza Cavalcanti Vasconcelos Gabrielly Laís de Andrade Souza Flavia Gymena Andrade Sâmara Aline Brito Brainer Vanessa Juvino de Souza Claudia Germana de Alencar Castro	
DOI 10.22533/at.ed.1251903042	
CAPÍTULO 3	19
CONTRIBUIÇÕES INTERACIONISTAS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO: DESAFIOS DE LETRAMENTO NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL I	
Paulo Rosas dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.1251903043	
CAPÍTULO 4	30
FERRAMENTA EDUCACIONAL VIRTUAL: UMA POSSIBILIDADE PARA O ENSINO BÁSICO E TECNOLÓGICO	
Pablo Castro A. Silva Marcos V. Montanari Virgínia de Souza Á. Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.1251903044	
CAPÍTULO 5	36
GOOGLE FOR EDUCATION NA ESCOLA PARAIBANA E SUAS IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR	
Josley Maycon de Sousa Nóbrega Nathalya Marillya de Andrade Silva Cristiana Marinho da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.1251903045	
CAPÍTULO 6	48
O PIBID E A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES NO IFRN: INOVAÇÃO, DESAFIO OU UTOPIA?	
Eduardo Francisco Souza das Chagas Andreza Maria Batista do Nascimento Tavares José Moisés Nunes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1251903046	

CAPÍTULO 7	60
POLÍTICAS CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	
João Carlos de Lima Neto Juliana Gomes da Silva de Melo	
DOI 10.22533/at.ed.1251903047	
CAPÍTULO 8	68
POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO: CONCEITOS, DEFINIÇÕES, CICLO TÉCNICO E METODOLOGIA DE PESQUISA	
Vicente de Paulo Morais Junior	
DOI 10.22533/at.ed.1251903048	
CAPÍTULO 9	79
POLÍTICAS PÚBLICAS E FORMAÇÃO DOCENTE: O PIBID ENQUANTO CAMPO DE REFLEXÃO E FORMAÇÃO CRÍTICA DO PROFESSOR	
Janice Pereira Lopes Maria de Lourdes Faria dos Santos Paniago	
DOI 10.22533/at.ed.1251903049	
CAPÍTULO 10	93
POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE 4 E 5 ANOS: DEFINIÇÕES E PRIORIDADES DE INVESTIMENTO PARA ESTA MODALIDADE DE ENSINO	
Katia Tatiana Moraes de Oliveira Ana Lúcia de Melo Santos Edilene Maria da Silva Marilene da Silva Lima Nubênia de Lima Tresena	
DOI 10.22533/at.ed.12519030410	
CAPÍTULO 11	105
PORTFÓLIO DE APRENDIZAGEM EXPERENCIAL: UMA APLICAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR	
Mariane Bezerra Nóbrega Rodrigo Leite Farias de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.12519030411	
CAPÍTULO 12	118
DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA PRÁTICA DOCENTE NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO	
Jayne Millena Ferreira Rodrigues do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.12519030412	
CAPÍTULO 13	128
POTÊNCIA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PARA A EXPERIÊNCIA INTERPROFISSIONAL	
Natália Milânio Soares de Faria Lúcia da Rocha Uchôa-Figueiredo	
DOI 10.22533/at.ed.12519030413	

CAPÍTULO 14	141
POTENTIALIZATION OF LEARNING ABOUT OSMOSIS, USING LOW COST MATERIALS IN EXPERIMENTAL PRACTICES	
Fabiana América Silva Dantas de Souza Rayanne Maria de Lima Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.12519030414	
CAPÍTULO 15	149
PRÁTICAS AVALIATIVAS DA APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL DOS ANOS INICIAIS	
Rozineide Iraci Pereira da Silva Nair Alves dos Santos Silva	
DOI 10.22533/at.ed.12519030415	
CAPÍTULO 16	159
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA O ATENDIMENTO EM UMA ESCOLA INCLUSIVA	
Juliana A. D. da Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.12519030416	
CAPÍTULO 17	168
PROCESSO FORMATIVO DO DOCENTE EM QUÍMICA: REFLEXÕES ACERCA DA RELAÇÃO TEORIA-PRÁTICA	
Christina Vargas Miranda e Carvalho Hélder Eterno da Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.12519030417	
CAPÍTULO 18	178
PROGRAMA PRÓ-LETRAMENTO O DESEMPENHO DOS TUTORES E CONTRIBUIÇÕES DOS PROFESSORES: UM ESTUDO DE CASO DO CURSO EM MACAPÁ-AP	
Nilda Miranda da Silva Maria Raimunda Valente de Oliveira Damasceno Andreia Dutra Fraguas Adávia Fernanda Correa Dias da Silva Simonne Lisboa Marques	
DOI 10.22533/at.ed.12519030418	
CAPÍTULO 19	190
PROJETO “A COR DA CULTURA”: O PROTAGONISMO NEGRO/A NO PROGRAMA “HERÓIS DE TODO MUNDO”	
Helena Maria Alves Moreira Mônica Regina Ferreira Lins Luciana Maria da Conceição Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.12519030419	

CAPÍTULO 20 198

PROJETO INTERDISCIPLINAR: UMA EXPERIÊNCIA DE ENSINO NO CURSO DE GRADUAÇÃO DE ENGENHARIA CIVIL

Vitor Trein Lucca
João da Jornada Fortes Filho
Laura Perin Lucca
Antônio Vanderlei Dos Santos
Mauro Cesar Marchetti

DOI 10.22533/at.ed.12519030420

CAPÍTULO 21 207

PROJETO MARIA DA PENHA VAI À ESCOLA: DISCURSOS DE EQUIDADE DE GÊNERO NAS ESCOLAS DE CARUARU

Karinny Lima de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.12519030421

CAPÍTULO 22 216

PROJETO NAS ASAS DA LEITURA: AÇÕES E REAÇÕES NO INCENTIVO AO ATO DE LER

Kátia Farias Antero
Maria do Socorro Moura Montenegro
Anderson Franklin do Rego Antero
Thays Evelin da Silva Brito

DOI 10.22533/at.ed.12519030422

CAPÍTULO 23 227

PROJETO TRANSDISCIPLINAR: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA CONSTRUÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM PROFISSIONAIS DA SAÚDE E DA EDUCAÇÃO

Eleneide Menezes Alves
Romildo de Albuquerque Nogueira

DOI 10.22533/at.ed.12519030423

CAPÍTULO 24 236

PRONATEC: CONEXÕES DE UMA POLÍTICA PÚBLICA COMO PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO DA FORMAÇÃO EM ENFERMAGEM DE NÍVEL MÉDIO

Maria José Fernandes Torres
Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares
Fábio Alexandre Araújo dos Santos
Keila Cruz Moreira
Carlos Eduardo Araújo dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.12519030424

CAPÍTULO 25 252

PROTAGONISMO JUVENIL E EDUCAÇÃO INTEGRAL: O EDUCANDO COMO ATOR E AUTOR DO SEU PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Dayane Priscilla Bernardes Anjos
Franciela Félix de Carvalho Monte

DOI 10.22533/at.ed.12519030425

CAPÍTULO 26	263
QUIZ EM METODOLOGIAS ATIVAS: SUPORTE NO ENSINO APRENDIZAGEM	
Inara Erice de Souza Alves Raulino Lopes José Vinícius Lopes da Silva Rodrigo e Silva Souza	
DOI 10.22533/at.ed.12519030426	
CAPÍTULO 27	272
RECITAL MUSICOPEDAGÓGICO CDG: TEMPO DE HISTÓRIAS CONTADAS E CANTADAS	
Helena Müller de Souza Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.12519030427	
CAPÍTULO 28	288
REFLEXÕES SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO PRONATEC NO SISTEMA DE ENSINO BRASILEIRO	
Vanessa Alexandre de Souza Ivanilda Aparecida Andrade Junqueira	
DOI 10.22533/at.ed.12519030428	
CAPÍTULO 29	301
RELAÇÕES DE PODER EM CONCEITOS E TEORIAS DIVERSAS: REFLEXÕES TEÓRICAS	
Emillia C. Gonçalves dos Santos Luciano Godinho Almuinha Ramos Yasmin Saba de Almeida Márcia Cristina Alves Bezerra Rafael dos Santos Costa Aldenora Santana de Oliveira Caroline Brelaz Chaves Valois Boaz Ramos de Avellar Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.12519030429	
CAPÍTULO 30	318
PRESERVANDO E CONSERVANDO O MANGUEZAL NOS ARREDORES DA PRAÇA DO CAIARA NO BAIRRO DA IPUTINGA-RECIFE/PE A PARTIR DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM OS ESTUDANTES DO 5º ANO DA ESCOLA MUNICIPAL JOÃO XXIII	
Gladstone Barbosa Soares Maria do Carmo Lima Vilma Maria da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.12519030430	
CAPÍTULO 31	327
OS REFLEXOS DA SÍNDROME DE ADAPTAÇÃO GERAL SOBRE OS ALUNOS DO CURSO PRÉ-UNIVERSITÁRIO POPULAR NOTURNO DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS GÊNEROS	
Fernando Gregorio da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.12519030431	
SOBRE A ORGANIZADORA	339

POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO: CONCEITOS, DEFINIÇÕES, CICLO TÉCNICO E METODOLOGIA DE PESQUISA

Vicente de Paulo Morais Junior

Universidade Metodista de São Paulo (UMESP/
SP)

RESUMO: A presente pesquisa teve como objetivo apresentar conceitos e definições sobre políticas públicas, direcionadas a metodologia de pesquisa voltadas a políticas públicas educacionais. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, explorando e combinando conceitos e definições, enquadrando-as ao objeto de estudo dessa pesquisa. Observou-se que, mesmo com um emaranhado de conceitos e definições sobre políticas públicas, é possível estabelecer um fio condutor que embasará e legitimará a pesquisa em políticas públicas. Observou-se ainda que o ciclo técnico das políticas públicas, com suas fases e etapas e processo de implantação e implementação, irão interferir na metodologia de pesquisa utilizada. Constatou-se que ao pesquisar políticas públicas educacionais, a metodologia de pesquisa utilizada, combinada ao fio condutor conceitual, determinará o produto da pesquisa em questão.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas; Ciclo técnico das políticas públicas; políticas públicas educacionais; metodologia de pesquisa.

ABSTRACT: To present research she had as

objective presents concepts and definitions on public politics, addressed the research methodology returned to education public politics. A bibliographical research was accomplished, exploring and combined concepts and definitions, framing them to the object of study of that research. It was observed that, even with an entangled of concepts and definitions on public politics, it is possible to establish a conductive thread that will base and it will legitimate the research in public politics. It was observed although the technical cycle of the public politics, with their phases and steps and implantation process and implementation, they will interfere in the methodology of used research. It was verified that when researching education public politics, the methodology of used research, combined to the conceptual conductive thread, it will determine the product of the research in subject.

KEYWORDS: Technical cycle of the public politics; education public politics; research methodology.

1 | INTRODUÇÃO

Ao iniciarmos a pesquisa em relação a conceitos e definições de políticas públicas, logo se deparou com a “polissemia do conceito” (BARROSO, 2005, p.727). Inúmeros termos e

“afluentes” são postos na bibliografia consultada, trazendo muito mais um emaranhado de definições do que um aclarar de conceitos e teorias.

Souza, por sua vez, exemplifica a polissemia trazendo:

[ao abordar o conceito de políticas públicas] Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. (2006, p.24)

Mesmo com todo esse “emaranhado obscuro”, observou-se a necessidade de estabelecer um elo entre os conceitos, definições e teorias sobre políticas públicas com a educação. Porém, essa conexão perpassa a necessidade de analisar princípios metodológicos que envolvem políticas públicas educacionais.

Desta forma, a presente pesquisa tem como objetivo trilhar dois caminhos. Primeiramente, uma discussão sobre os conceitos que envolvem o termo política pública e sua respectiva área de abrangência, análise e discussão. O segundo caminho será analisar possíveis linhas metodológicas para pesquisa em políticas públicas educacionais.

2 | POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Entre o campo de ações do governo e suas respectivas atividades, Bruno também contribui para a discussão metaforizando as políticas públicas como andaimes inseridos em um processo de construção, não de engenharia civil, e sim da sociedade (2013, p.92). Ainda fazendo uso do termo andaimes para as políticas públicas no processo de construção da sociedade, Cortes e Lima frisam que tais políticas serão compostas por ações, atividades, programas, entre outros, estabelecendo assim uma interação entre Estado e sociedade (2012, p.47). O Boletim REPENTE¹ completa a abordagem, trazendo para a discussão, que a política pública acaba por ser o “(...) principal instrumento utilizado para coordenar programas e ações públicos.” (REPENTE, 2006, p.1). Logo se conclui que, conforme Souza, planos, programas e projetos são nada menos que os desdobramentos das políticas públicas e estas quando “(...) postas em ação, são implementadas, ficando submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação.” (2006, p.26). Não nos sobram dúvidas em mencionar então, que as

¹ O Boletim REPENTE é publicado pelo Pólis (ONG fundada em 1987 – São Paulo/SP) desde 1996, voltado para lideranças dos movimentos sociais. Os boletins impressos têm como objetivo abordar questões e temas diversos de interesse da sociedade civil. Disponível em: <<http://polis.org.br/>>. Acesso em: 05 de janeiro de 2015.

políticas públicas caracterizam-se como o exercício do poder público na relação Estado e sociedade (OLIVEIRA, 2011; SOUZA, 2006). Porém, vale ressaltar que tais conceitos vão

(...) além da ideia de que uma política pública é simplesmente uma intervenção do Estado numa situação social considerada problemática. Mais do que isso, penso a política pública como uma *forma contemporânea de exercício do poder nas sociedades democráticas*, resultante de uma complexa interação entre o Estado e a sociedade, entendida aqui num sentido amplo, que inclui as relações sociais travadas também no campo da economia. Penso, também, que é exatamente nessa interação que se definem as situações sociais consideradas problemáticas, bem como as formas, os conteúdos, os meios, os sentidos e as modalidades de intervenção estatal. (GIOVANNI, 2009, p.5-6) [grifo do autor]

Palma Filho também contribui ao conceituar política pública apontando que “As políticas públicas são as ações desenvolvidas pelo poder público, com a finalidade de efetivar os princípios estabelecidos no texto constitucional e em leis que a ele se seguiram” (2010, p.157).

A política pública também pode, em um sentido mais amplo, ser caracterizada como tomada de decisões (REPENTE, 2006, p.3). Logo, estabelecer uma relação entre Estado e sociedade com base em “andaimes”, faz com que a política pública possa ser encarada como mecanismo ou campo de conhecimento que coloca o “governo em ação” (SOUZA, 2006, p.26). Souza ainda afirma que é através da política pública que se faz a política, ou que se reconhece a política, correlacionando política a ideia de “governo em ação” (2006, p.28). Para “governo em ação”, Arretche contribui trazendo:

A análise do “Estado em ação”, para repetir o título do influente livro de Jobert e Müller (1987), tem como objeto específico o estudo de programas governamentais, particularmente suas condições de emergência, seus mecanismos de operação e seus prováveis impactos sobre a ordem social e econômica. (2003, p.8)

Vale ressaltar que os andaimes estarão fortes e sólidos desde que exista participação de todos os atores² envolvidos em uma política pública. Participação efetiva nas discussões iniciais, formulação, implementação e avaliação (REPENTE, 2006). Porém, observamos muito mais uma “cultura paroquial” com seus respectivos súditos, havendo passividade dos atores diretamente envolvidos na política pública, do que uma cultura de participação³ (FREY, 2000, p.237).

2 Conforme Caldas e Lopes considera-se como atores “os grupos que integram o Sistema Político, apresentando reivindicações ou executando ações, que serão transformadas em Políticas Públicas”. Os autores ainda irão realizar uma divisão no “grupo de atores” em: os ‘estatais’ (oriundos do Governo ou do Estado) e os ‘privados’ (oriundos da Sociedade Civil – imprensa, centros de pesquisa, associações da Sociedade Civil Organizada (SCO), entidades de representação empresarial, sindicatos patronais, sindicatos de trabalhadores, outros) (2008, p.8-9).

3 O autor faz uso dos termos “cultura paroquial” e “cultura de participação” a partir da proposta de Almond e Verba (1963), que por sua vez apresentam “(...) em seus estudos sobre ‘civic culture’, três tipos ideais de cultura política, os quais correspondem a diferentes fases de modernização do desenvolvimento de sociedades (...)” (FREY, 2000, p.237).

Souza, por sua vez, irá descrever o que para o autor seriam elementos principais de uma política pública, tendo como base um amplo estudo de conceitos e definições por ele realizado. O autor traz os elementos na seguinte ordem

- A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz.
- A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes.
- A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras.
- A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados.
- A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo.
- A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação. (2006, p.36-7)

3 I CICLO TÉCNICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Inicialmente destaca-se que o ciclo técnico das políticas públicas terá como pano de fundo os processos de implantação⁴ e implementação⁵.

Considera-se como processo de implantação: definição da agenda/formação da agenda; identificação das alternativas/apresentação de soluções; e seleção das opções.

Em uma perspectiva metafórica, o Boletim REPENTE aponta um ciclo para as políticas públicas mencionando que elas “(...) nascem, crescem, maturam-se e transformam-se” (2006, p.2).

Cabe ressaltar que a política pública atende (ou deveria atender!) (...) um binômio direito/demanda, (...), conforme aponta Giovanni (2009, p.16).

Ao analisarmos o “nascimento” da política pública, Mainardes, sabiamente, contribui para essa análise trazendo que

Na perspectiva de Jones (apud THOENIG, 1985), a produção de políticas inicia-se com a identificação de um problema e a construção de uma agenda. Nesse sentido, a tomada de decisão não representa o ponto de partida das políticas públicas. Ela é precedida de ações, disputas e processos de negociação. (2009, p.9-10)

Aqui fica evidente que o binômio proposto por Giovanni encaixa perfeitamente com a proposta de Mainardes, acima citada, pois só se tem base para direito e demanda a partir do levantamento prévio do problema. Este por sua vez, também será o suporte para a formulação da política pública em si, já considerando a redação do discurso oficial. É possível verificar-se que:

4 Tem-se como “implantar”: plantar[-se] (alguma coisa) [em]; inserir(-se), enraizar(-se) (HOUAISS, 2009).

5 Tem-se como “implementar”: pôr em execução, pôr em prática (plano, programa ou projeto); realizar (HOUAISS, 2009).

O formulador [da política pública] dispõe de um modelo causal válido. Esse último aspecto é essencial na medida em que toda política pública está assentada em um modelo causal, frequentemente não explícito. Esse modelo causal consiste de hipóteses e pressupostos sobre determinados fenômenos sociais. Exemplificando, as políticas ativas de mercado de trabalho estão baseadas em um modelo causal a respeito do desemprego e suas manifestações específicas para classes de trabalhadores, segundo ocupação, gênero ou idade; a política pública de combate a mortalidade infantil está ancorada em um modelo causal sobre esse tipo de mortalidade, e sobre o papel de variáveis ambientais e nutricionais, bem como sobre a avaliação de perfis de morbidade que provocam a mortalidade precoce. (SILVA e MELO, 2000, p. 9)

Desta forma, os formuladores teriam, conforme aponta Souza, três mecanismos que os chamariam a atenção

- (a) divulgação de indicadores que desnudam a dimensão do problema;
- (b) eventos tais como desastres ou repetição continuada do mesmo problema; e
- (c) feedback, ou informações que mostram as falhas da política atual ou seus resultados medíocres. (2006, p.32)

Além da abordagem que envolve “concepção e nascimento”, Mainardes e Bruno trazem uma rica contribuição no que diz respeito à formulação do discurso legal, como transposição da “primeira etapa” do ciclo, como bem lembra o Boletim REPENTE, para o texto legal em si. Primeiramente, Mainardes (2006) caracteriza o processo político em três partes⁶: “a política proposta, a política de fato (textos políticos e legislativos) e a política em uso”. A partir de agora é a “política de fato (textos políticos e legislativos)” que iremos discutir. O mesmo autor contribui com a discussão registrando que:

Os textos políticos, portanto, representam a política. Estas representações podem tomar várias formas: textos legais oficiais e textos políticos, comentários formais ou informais sobre os textos oficiais, pronunciamentos oficiais, vídeos etc. Tais textos não são, necessariamente, internamente coerentes e claros, e podem também ser contraditórios. (MAINARDES, 2006, p.97)

Mainardes ainda irá, sabiamente, estabelecer uma cirúrgica diferenciação entre “política como texto” e “política como discurso”. O autor aponta que em relação aos textos legais, esses por sua vez podem ter uma pluralidade de leituras, já que sofrem, em sua formulação, “pressões” e influências das agendas políticas (2006, p.97). Essas possíveis leituras e interpretações podem ter como causa o que Bruno aponta em relação ao poder público e seus tentáculos. A autora menciona:

O poder público enquanto prática, no entanto, é cheio de mistérios, talvez por não se exercer num único registro. Vem daí a ambiguidade. Na realidade ele se exerce num duplo registro: um que eu chamaria de benevolente ligado a proteção, ao acolhimento, à integração das singularidades num todo social; outro que eu denominaria de severo; aquele que estabelece a interdição, que comanda, ordena, impõe, pune e mata, recorrendo fundamentalmente à coerção e à violência. (2013, p.99)

6 O autor usa o termo “facetas ou arenas” (MAINARDES, 2006, p.95).

Entre a severidade e a benevolência, conforme Mainardes, poucos são os discursos legais e seus aparatos legais que realmente serão reconhecidas como legítimas e incorporadas nos textos a partir de decisões coletivas com os atores diretamente envolvidos na política pública como participantes ativos do processo de formulação (2006, p.97).

Em relação ao processo de implementação registra-se que esta pode ser “(...) o ‘elo perdido’ nas discussões sobre a eficiência e eficácia da ação governamental. (SILVA e MELO, 2000, p.3). A implementação será como ‘retro alimentadora’ da própria política, ou seja, será a partir do processo de implementação, e seu curso natural (ou não!) que determinará as orientações necessárias para a própria política pública, e por que não para outras mais. Silva e Melo afirmam que a implementação “ ‘cria’ novas políticas” (2000, p.11). Desta forma, o processo de implementação não pode ser visto como uma manufatura e sim como uma engenharia social, algo estratégico e sincronizado, ou ainda como “um tipo de ‘engenharia política’” (BALL e MAINARDES, 2011, p.83).

A maturação, como bem lembra o Boletim REPENTE, está diretamente ligada à implementação da política pública.

Silva e Melo mencionam que não havendo a participação dos atores diretamente envolvidos com a política pública proposta, esta por sua vez passa a ser visualizada, conforme os autores como ‘*top down*’, ou políticas impostas de ‘cima para baixo’ (2000, p.5). Frey traz alguns exemplos de políticas públicas, o que o autor menciona de tecnocratas e participativas. O autor menciona que

É possível pensar na implementação de um projeto ou programa político específico, por exemplo, um projeto de reciclagem de lixo ou um programa de geração de emprego, ora realizado por um governo de caráter mais participacionista, fundamentando o processo de implementação em uma ampla participação da sociedade, ora realizada por um governo de caráter mais tecnocrata, apostando primordialmente no conhecimento técnico da administração e impondo o projeto de cima para baixo e conforme critérios exclusivamente técnicos”. (FREY, 2000, p.239)

Logo, a legitimidade da política pública em seu processo de maturação e amadurecimento, sendo implementada, depende essencialmente da sua “concepção e nascimento”. Os “andaimos” aqui mencionados, terão força e estarão devidamente amarrados no processo de implementação.

Só teremos uma transposição do período de maturação para transformação como um processo de avaliação. Vale ressaltar que, nesse momento, a avaliação tem dois eixos: avaliação da política pública em si e suas características e avaliação no que diz respeito ao impacto de tais políticas aos seus interessados.

Maria Helena Guimarães de Castro traz à tona sábios apontamentos sobre esse processo de avaliação. Inicialmente cabe evidenciar que:

A avaliação é o instrumento de análise mais adequado para sabermos se uma

política está sendo implementada, no sentido de observar criticamente a distância entre as consequências pretendidas e aquelas efetivadas, detectando as disparidades entre metas e resultados. (CASTRO, 1989, p.3)

Logo, nota-se que a avaliação da política pública não deve ocorrer apenas no fim de um processo ou entre políticas públicas. O investimento de avaliações durante o processo de implementação solidifica o próprio refinamento da política pública em questão. Sendo assim, Castro irá mencionar que “o ‘valor’ de uma política deve ser avaliado não apenas em termos de seu conteúdo, mas também da potencialidade de sucesso de sua implementação” (1989, p.3).

Em relação à avaliação dos impactos causados pela políticas públicas, esta

(...) examina as mudanças provocadas por determinadas ações governamentais sobre as condições de vida da população, com base no critério de efetividade, buscando avaliar as mudanças quantitativas e qualitativas ocorridas com a implementação de uma dada política. Os limites desse tipo de avaliação referem-se ao fato de tomar como objeto políticas ou programas que causam um efeito esperado, provocado pela implementação de ações que visam alterar o futuro previsível. (CASTRO, 1989, p.6)

Ao evidenciarmos o ciclo técnico das políticas públicas e suas facetas foi possível constatar que a pesquisa em políticas públicas, em especial políticas públicas em educação carecem de uma análise que podem ter como fio condutor a lógica proposta pelo Boletim REPENTE de nascer, crescer, maturar e transformar.

4 | POLITICAS PUBLICAS EDUCACIONAIS E METODOLOGIA DE PESQUISA

Ball e Mainardes abrem a discussão em relação às políticas públicas educacionais estabelecendo uma conexão entre macro e micro ao evidenciar que:

A pesquisa sobre políticas educacionais, comprometida com uma perspectiva crítica e com a análise da totalidade e suas múltiplas relações, demanda uma investigação aprofundada tanto das mediações mais amplas como das mais imediatas. (2009, p.13)

Esse campo de atuação metodológica da pesquisa em políticas públicas fica bem claro com a contribuição de Oliveira, quando esta menciona que:

(...) a discussão acerca das políticas públicas em educação ou a ela dirigidas, ou ainda as políticas públicas que se relacionam com a educação, ultrapassa em muito o domínio da pedagogia, das teorias pedagógicas e exige a contribuição de outros campos de conhecimento para sua análise. (2011, p. 68)

Convém por oportuno destacar que “O mundo da política e o mundo da ciência não são totalmente estanques.” (LESSARD, 2011, p.58). Sendo assim, podemos elencar a máxima evidenciada por Mainardes, quando este aponta que, em relação à metodologia de pesquisa para e com políticas públicas, tem-se a necessidade de se

pesquisar tanto o aspecto macro-contextual quanto o micro-contextual. (2006, p.100). O mesmo autor ainda contribui nessa primeira abordagem metodológica 'de e para' políticas públicas apontando que:

As contribuições de Power (2006) referem-se, mais especificamente, à necessidade de considerar tanto os processos micro-políticos (detalhe) quanto o contexto mais amplo (questões macroestruturais), uma vez que uma abordagem apenas centrada no Estado (abordagem estadocêntrica) ou somente no micro-contexto (contexto da prática), dificultaria uma análise mais aprofundada das políticas e seus resultados/efeitos. (MAINARDES, 2008, p.17)

O autor ainda contribui apontando que :

A abordagem do 'ciclo de políticas', que adota uma orientação pós-estruturalista crítica, baseia-se nos trabalhos de Stephen Ball e Richard Bowe, pesquisadores ingleses da área de políticas educacionais. Esta abordagem destaca a natureza complexa e controversa da política educacional, enfatiza os processos micro-políticos e a ação dos profissionais que lidam com as políticas no nível local e indica a necessidade de se articularem os processos macro e micro na análise de políticas educacionais. Esse referencial teórico-analítico não é estático, mas dinâmico e flexível. (MAINARDES, 2006, p.95)

Ball e Mainardes apontam três direções que os estudos em políticas públicas podem tomar: “a) o desenvolvimento de modelos analíticos através dos quais as políticas podem ser analisadas e interpretadas; b) a análise de um conjunto de questões relacionadas e interpretadas; e c) a análise crítica de políticas específicas.” (2011, p.11).

A partir do exposto, é oportuno destacar que a maneira como um pesquisador encara a política educacional influencia o tipo de investigação que se propõe a realizar. É fundamentalmente importante destacar também que

[as políticas públicas] não são, no entanto, fixas e imutáveis e podem ser sujeitas a interpretações e traduções e compreendidas como respostas a problemas da prática. As políticas estão sempre em algum tipo de fluxo, no processo de se tornarem algo mais. Esse é, fundamentalmente, o caso atual da educação, que flui ao lado da política (declarações, demandas e expectativas) (BALL e MAINARDES, 2011, p.14)

Desta forma, destaca-se a influência direta do pesquisador e cientista na análise e discussão das políticas públicas, em especial às políticas públicas educacionais (ARRETCHE, 2003; REIS, 2003).

Outro fator preponderante é que da mesma forma que não se pode fazer uso de uma metodologia estadocêntrica de culpabilização exclusiva do Estado, é relevante destacar que o Estado também não pode deixar de ser integrado como elemento chave na análise de políticas educacionais, sendo esse movimento a possível argamassa entre a relação de macro e micro aqui levantada.

Além das abordagens metodológicas mencionadas, torna-se de extrema

importância conduzi-las de forma crítica. Mainardes contribui para a proposta metodológica, que perfeitamente enquadra-se e referencia a proposta dessa pesquisa, ao mencionar que o pesquisador deverá se esforçar a: “assumir uma atitude contrária a qualquer seletividade no processo de distribuição do conhecimento e o compromisso com a elevação do nível cultural das massas” (2008, p.8), além de

(...) interrogar e questionar a política e seus modos de implementação. A abordagem parece impulsionar o pesquisador para um engajamento crítico. Por exemplo, na análise do contexto dos resultados/impacto e do contexto de estratégia política, o pesquisador precisa refletir sobre o impacto da política sobre grupos específicos (classe social, gênero, raça, localização geográfica, ritmos de aprendizagem, pessoas com necessidades especiais etc). (MAINARDES, 2006, p.102)

Estabelecendo um elo entre a criticidade no percurso metodológico para e com políticas públicas, Bruno contribui sabiamente para a discussão, evidenciando que:

Além disso, penso que eleger um ponto de comparação externo nos permite exercitar melhor a crítica sobre a sociedade em que vivemos, pois, assim como o pássaro não enxerga o vidro da janela que o impede de sair, nós também percebemos os limites que nos impõe a cultura na qual nos encerramos. Sem reconhecer esse aprisionamento e em nos esforçarmos para enfrentá-lo, não podemos exercer a lucidez. E a lucidez não é senão o exercício da crítica. (2013, p.85)

E será a partir dessa criticidade proposta que poderá alimentar a pesquisa em políticas públicas e, por sua vez, a sua respectiva repercussão, já que as “(...) pesquisas em política educacional nutrem-se das políticas tanto quanto as influenciam.” (FERREIRA e OLIVEIRA, 2013, p.7)

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meio à dita “polissemia de conceitos”, ao pesquisarmos políticas públicas sem estabelecer um elo entre seus respectivos conceitos e definições e o ciclo técnico destas corre-se o risco de transformar o emaranhado de conceitos e definições em “política pública obscura”, naturalmente propiciando interpretações e reinterpretações vãs, equivocadas e descontextualizadas. Deve-se então, revelar conceitos e definições sobre políticas públicas e contextualiza-las e enquadra-las no cenário a ser pesquisado. Entre o macro e o micro, além da inter-relação de ambos, Ferreira e Oliveira frisam que as “(...) políticas públicas podem ser capturadas como objetos de estudo no momento da sua concepção ou formulação; de sua implantação ou execução e no seu monitoramento ou avaliação.” (2013, p.8).

Além disso, o ciclo técnico das políticas públicas, em especial o processo de implantação e implementação, que nessa pesquisa foi metaforizado pelo quarteto nascer, crescer, maturar e transformar, deve ser apresentado na pesquisa em questão, pois o ciclo técnico utilizado determinará o caminho metodológico a ser seguido.

Finalizando, deve-se atentar-se aos princípios metodológicos que serão empregados ao pesquisar políticas públicas educacionais, tendo o “mesmo peso” ou importância do que conceitos e definições e suas possíveis interpretações e aplicabilidade.

REFERÊNCIAS

- ARRETCHE, Marta. **Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas**. Revista Brasileira de Ciências Sociais/RBCS, São Paulo, v.18, n. 51, fev./2003.
- BALL, Stephen J. e MAINARDES, Jefferson (org). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.
- BRUNO. Lúcia Emília Nuevo Barreto. **Poder político e sociedade: qual sujeito, qual objeto?**. In: FERREIRA, Eliza Bartolozzi e OLIVEIRA, Dalila Andrade. Crise da escola e políticas educativas. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- CALDAS, Jefferson Wahrendorff e LOPES, Brenner (org.). **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte : SEBRAE/MG, 2008.
- CASTRO, Maria Helena Guimarães de. **Avaliação de políticas e programas sociais**. Caderno de Pesquisa, Núcleo de estudos de políticas públicas, Campinas, n.12, 1989.
- CORTES, Soraya Vargas e LIMA, Luciana Leite. **A contribuição da sociologia para a análise de políticas públicas**. Lua Nova, São Paulo, n. 87, 2012.
- FERREIRA, Eliza Bartolozzi e OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Crise da escola e políticas educativas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- FREY, Klaus. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. Planejamento e Políticas Públicas/IPEA, [s.l.], n.21, jun. 2000.
- GIOVANNI, Geroldo di. **As estruturas elementares das políticas públicas**. Caderno de Pesquisa, Núcleo de estudos de políticas públicas - NEPP, Campinas, n.82, 2009.
- INSTITUTO ANTONIO HOUAISS. **Houaiss eletrônico: versão monousuário 3.0**. Ed. Objetiva: jun. 2009. CD-ROM.
- LESSARD, Claude. **Pesquisa e políticas educativas: uma interface problemática**. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade e DUARTE, Adriana(org). Políticas Públicas e Educação: regulação e conhecimento. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2011.
- MAINARDES, Jefferson. **A organização da escolaridade em ciclos no Brasil: uma análise de pesquisas sobre processos de implementação**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação/RBP AE, Recife, v. 24, n.1, jan./abr. 2008.
- _____. **Análise de políticas educacionais: breves considerações teórico-metodológicas**. CONTRAPONTO, Itajaí, v. 9, n. 1, jan./abr. 2009.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade. **As políticas públicas em educação e a pesquisa acadêmica**. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade e DUARTE, Adriana(org). Políticas Públicas e Educação: regulação e conhecimento. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2011.

PALMA, João Cardoso Filho. **A política educacional do Estado de São Paulo** (1983-2008). Educação e Linguagem, São Bernardo do Campo v.13, n.21, jan./jun. 2010.

REIS, Elisa P. **Reflexões leigas para a formulação de uma agenda de pesquisa em políticas públicas**. Revista Brasileira de Ciências Sociais/RBCS, São Paulo, v.18, n. 51 fev./2003.

REPENTE, Polis: Instituto de Estudos, formação e assessoria em políticas públicas. **Política pública como garantia de direitos** (boletim). São Paulo, n.26, dez. 2006.

SILVA, Pedro Luiz Barros e MELO, Marcus André Barreto de. **O processo de implementação de políticas públicas no Brasil**: características e determinantes da avaliação de programas e projetos. Caderno de Pesquisa, Núcleo de estudos de políticas públicas, Campinas, n.48, 2000.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas**: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, v.8, n. 16, jul./dez. 2006.

SOBRE A ORGANIZADORA

Gabriella Rossetti Ferreira

- Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.
- Mestra em Educação Sexual pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.
- Realizou parte da pesquisa do mestrado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEUL).
- Especialista em Psicopedagogia pela UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourados - Polo Ribeirão Preto.
- Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Agência de Fomento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.
- Atua e desenvolve pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade, Formação de professores, Tecnologias na Educação, Psicopedagogia, Psicologia do desenvolvimento sócio afetivo e implicações na aprendizagem.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0921188314911244>

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-312-5



9 788572 473125